



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

O MERCADO “NOVO” DO MARANHÃO: O MERCADO CENTRAL DE SÃO LUÍS E SUAS RELAÇÕES COM A IDENTIDADE, ESPAÇO E MEMÓRIA LUDOVICENSE

¹Kláutenys Dellene Guedes Cutrim, ²Donny Wallesson dos Santos, ³Maurício José Morais Costa, ⁴Conceição de Maria Belfort de Carvalho, ⁵Arkley Marques Bandeira and ⁶Vanderley Rabelo de Jesus

¹Possui Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa e Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); ²Doutorando em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Cultura e Sociedade. Possui graduação em Fisioterapia pela Faculdade Santa Terezinha - CEST/MA; ³Mestre em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (PGCULT-UFMA) e Especialista em Design Instrucional (SENAC São Paulo); ⁴Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); ⁵Doutor e Mestre em Arqueologia. Graduação em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão; ⁶Mestre em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (PGCULT-UFMA)

ARTICLE INFO

Article History:

Received 10th September, 2020
Received in revised form
28th October, 2020
Accepted 24th November, 2020
Published online 31st December, 2020

Key Words:

Central Market of São Luís. Ludovicense memory. Ludovicense identity. Historic commercial space.

*Corresponding author:

Kláutenys Dellene Guedes Cutrim

ABSTRACT

Study about the Central Market of São Luís and its relations with the identity, space and Ludovicense memory. It aims to discuss the role of the Central Market as a place of historical and cultural value and its relations with the identity, space and memory of the capital of Maranhão. It is an exploratory and descriptive study, which made use of bibliographical and documentary research as an instrument of theoretical foundation. It discusses the concepts and theoretical connections between memory and identity, from authors such as Candau (2016), Halbwachs (2006), Nora (1993), Woodward (2014). It characterizes the Central Market of São Luís, contextualizing its history and its spatial organization. It points out that public markets are historical legacies that bring with them a spatial memory from another time, which takes us back to another time. It highlights that the Central Market of São Luís is a meeting point for Ludovicenses citizens who have a feeling of belonging with their space. It reinforces that Maranhão's “Mercado Novo” represents the connection between space, memory and the origin of its history, whose symbolic elements are key pieces in the reconstruction of the memory incorporated and transmitted from generation to generation, constantly reinterpreted and re-signified.

Copyright © 2020, Kláutenys Dellene Guedes Cutrim et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Kláutenys Dellene Guedes Cutrim, Donny Wallesson dos Santos, Maurício José Morais Costa, Conceição de Maria Belfort de Carvalho, Arkley Marques Bandeira and Vanderley Rabelo de Jesus. 2020. “O mercado “novo” do maranhão: o mercado central de são luís e suas relações com a identidade, espaço e memória ludovicense”, *International Journal of Development Research*, 10, (12), 43039-43045.

INTRODUCTION

Os mercados de abastecimento são locais emblemáticos e carregados de significados para as pessoas, cuja história vincula-se à Grécia Antiga, especificamente a formação da Ágora e dos fóruns romanos. Lugares de grande fluxo popular, existem em espaços mediadores de interações das mais distintas naturezas, rompendo com as trocas comerciais, transações econômicas, mas, também espaços de intensa sociabilidade e convergência de práticas sociais (Guimarães; Doula, 2018). Fundada em 8 de setembro de 1612, São Luís é conhecida por seus atributos históricos e culturais.

Embora os holandeses tivessem tentado, São Luís foi colonizada pelos franceses e portugueses, que por sua vez deixaram na capital maranhense uma série de traços lusitanos (costumes, hábitos, etc.), que aliados aos povos indígenas negros, constituíram toda a identidade ludovicense que luta para se manter viva com o passar dos anos (Reis, 2010; Rodrigues, 2008). O Centro Histórico ludovicense destaca-se por manter um conjunto arquitetônico único, cujos traços da colonização europeia são marcantes. A região central da cidade foi a primeira a se desenvolver, igualmente a outras capitais da costa brasileira, tornando-se, assim, núcleo

comercial do período colonial, concentrando as importações e exportações da época, bem como a entrada e saída de pessoas na cidade (Fonseca; Barbosa Filho, 2017). No centro antigo de São Luís é possível demarcar locais de grande importância e valor histórico, dentre eles o Mercado Central, assim como é conhecido, um dos mais antigos espaços comerciais do Estado. Símbolo local, o Mercado fora construído em 1864, e, mesmo com o passar dos anos é símbolo da cidade (Silva *et al.*, 2017). Diante disso, o presente estudo tem por objetivo discutir o papel do Mercado Central enquanto lugar de memória, partindo de seu valor histórico-cultural e suas relações com a identidade, o espaço e a memória da capital maranhense. Embora não tenha sido o primeiro centro comercial maranhense, uma vez que o comércio se desenvolveu antes de sua criação, o Mercado Central é referência tanto para os moradores mais antigos da zona urbana, quanto da zona rural de São Luís, trazendo consigo toda uma carga simbólica e enraizadora da memória ludovicense. Para tanto, trata-se de um estudo de natureza exploratória e de caráter analítico-descritivo, que utiliza a pesquisa bibliográfica e documental como instrumento de fundamentação (Prodanov; Freitas, 2013). O estudo está organizado em três seções principais. Na primeira seção abordam-se os conceitos de memória e identidade, e como tais conceitos se entrelaçam. A segunda seção trata do Mercado Central, contextualizando seu histórico e caracterizando seu espaço e localização. Na terceira seção discute-se as interações do Mercado Central enquanto espaço de identidade e memória ludovicense, partindo da reflexão dos mercados populares como espaços de simbolismo e memória.

Os Entrelaces Entre Memória e Identidade: A definição de identidade foi ampliando com passar dos anos, apresentando diferentes e amplas definições. Dentre as divergências quanto a sua conceituação, percebe-se um movimento dialético e contraditório na sua construção, ao passo que antes se concebia a identidade como uma e com características semelhantes, depois como algo contraditório e mutável, como se fosse um quebra-cabeça sempre incompleto. A identidade é marcada por meio de elementos simbólicos que diferenciam um grupo social de outro, logo sua construção é pautada na diferença, ao passo que quando se afirma uma identidade nega-se automaticamente a outra. A vivência é um fator importante na formação da consciência social e ao mesmo tempo é uma categoria disciplinadora que serve para transformar o outro em diferente, exótico ou até mesmo em inimigo (Woodward, 2014).

Outra contribuição para o conceito de identidade parte da ideia de que esta é fruto das possibilidades que estão em curso na vida do indivíduo, logo se apresenta de forma volátil, fugaz e em constante modificação. A tomada de consciência parte das relações sociais que servem tanto para forjar a identidade coletiva quanto a individual, desta forma quanto mais se individualiza mais o sujeito se diferencia e molda sua identidade (Santos, 2013). Segundo Bauman (2005) e sua perspectiva de mundo líquido onde as estruturas sociais já não possuem a rigidez de outros tempos, as relações se tornaram fluidas e a sensação de pertencimento se corroeu afetando a identidade dos indivíduos. Agora paira a sensação de deslocamento, de não pertencer a lugar algum e a ideia de identidade já não é mais rígida, mas sim líquida e que necessita ser construída a todo instante sem nunca se chegar num resultado. Nesse sentido, destaca-se que o conceito de memória, bem com os entrelaces que esse estabelece com identidade é fruto não apenas do contexto social e cultural,

mas englobam aspectos distintos. De acordo com Carmo, Karpinski e Brascher (2018) a concepção de memória envolve discussões pautadas em três prismas, a saber: a) a percepção de memória defendida por Henri Bergson, postulada no final do século XIX; b) o conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs difundida meados da década de 1950; e, c) Michael Pollak com o conceito de memória subterrânea na década de 1980. Silva, Cavalcante e Nunes (2018) acentuam que o uso do termo memória cotidianamente, está relacionado com a capacidade que o cérebro tem de reter, recordar fatos, eventos, informações dentre outros. Le Goff (2013), afirma que é graças a um conjunto de funções psíquicas que o indivíduo é capaz de conservar informações, e assim, atualizar fatos passados e impressões ocorridas. Nesse sentido, Bergson (2010) destaca que a memória é responsável por evocar acontecimentos já ocorridos, que por sua vez são análogos a uma percepção presente, ou seja “[...] recordar-nos o que precedeu e o que seguiu, sugerindo-nos assim a decisão mais útil [...]” (Bergson, 2010, p. 266). Bergson acredita que o conhecimento é fruto da interseção entre matéria e espírito, em outras palavras, sujeito e objeto (Carmo; Karpinski; Brascher, 2018). Maurice Halbwachs (1877-1945) foi responsável por retomar a questão da memória pautada nas relações sociais. O sociólogo era contrário “[...] a idéia corrente em sua época de que a memória seria o resultado da impressão de eventos reais na mente humana [...]” (Araújo; Santos, 2007, p. 96). Segundo Silva (2016), Halbwachs instaurou a categoria “memória coletiva”, ou seja, a recordação e localização das lembranças, nada mais são que fruto dos contextos sociais, este incumbido de subsidiar a reconstrução da memória. Silva (2017, p. 71) complementa acentuando que “[...] a memória coletiva, remete a um grupo, um conjunto de pessoas que tem algum propósito e/ou característica que as ligue.” Para Halbwachs (2006) a memória individual só existe em função da memória coletiva, fruto do convívio social, cujas lembranças individuais são baseadas nas lembranças dos grupos cujos indivíduos fazem parte, logo, o indivíduo integra, tanto a memória individual, quanto a coletiva.

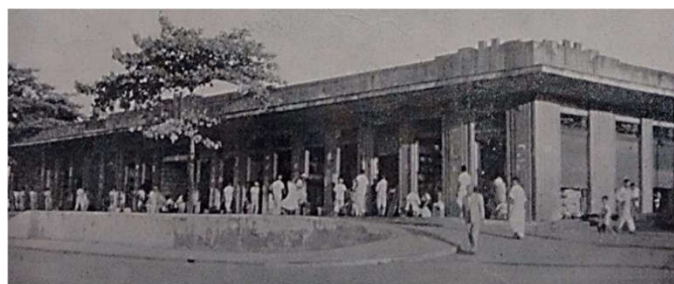
Nesse sentido, o sociólogo afirma que “[...] lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós [...]” (Halbwachs, 2013, p. 30). De acordo com Silva, Cavalcante e Nunes (2018), a concepção de memória defendida por Pierre Nora comunga com a postulada por Halbwachs. Para Nora (1993) a memória se constitui de fenômenos sagrados, cuja vivência se dá em um eterno presente, marcado por recordações e lembranças evocadas de “[...] um grupo que ela une, o que quer dizer que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada.” Nora (1993) estabeleceu a noção dos “lugares de memória”, compreendidos como “[...] sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.” (Nora, 1993, p. 12-13). Gonçalves (2012) esclarece que os lugares de memória se apresentam como sendo simultaneamente materiais, funcionais e simbólicos, ou seja, possibilitam não apenas a cristalização da história (lugares de história), mas de reconstrução da memória dos indivíduos, esta produzida socialmente. Todavia, há outros conceitos de memória que devem ser colocados em discussão, a exemplo Michael Pollak que se contrapõem a concepção de Halbwachs. Para Pollak (1992), a “memória coletiva” postulada por Halbwachs não se aplica enquanto

fundamento histórico, uma vez que a memória se relaciona diretamente com a identidade. Para Candau (2016) a memória relaciona-se intrinsecamente com identidade, uma vez que a primeira dá condições para que a segunda seja construída, tanto individual, quanto coletivamente. Nesse sentido, Silva, Cavalcante e Nunes (2018, p. 100), afirmam que “A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada, isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam e nutrem mutuamente.” Dialogando com Candau (2016), afirma-se que a memória alimenta a identidade, logo, categorias que estão entrelaçadas. Candau (2016), Halbwachs (2006) e Nora (1993) acreditam na importância do espaço como elementos basilares para a evocação e construção da memória. Nessa perspectiva, Rodrigues (2014, p. 71) acentua que tais pensamentos confluem na concepção de memória social, materializada pela “[...] utilização de símbolos identitários, que por sua vez constituem os lugares de memória.” Sendo assim, a memória um processo vivo, conduzido por indivíduos e grupos vivos, que por sua vez está em constante processo de evolução, passíveis de lembrança e esquecimento, alicerçam a identidade por meio de seus elementos simbólicos (Nunes, 2018).

Diante da relação entre memória e identidade, cujo elo é estabelecido em espaços carregados de simbolismo e interações, evidencia-se o Mercado Central de São Luís, onde tais conceitos são convergidos em um centro comercial popular carregado de história. Destaca-se que o Mercado Central se consolida como “lugar memória” à medida que consegue manter-se vivo e contrariar o esquecimento ao “[...] parar o tempo [...] bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais [...]” (Nora, 1993, p. 22). Desde sua fundação, conseguiu reunir e eternizar saberes, fazeres e práticas incorporadas pelas pessoas, tendo como terreno as experiências e vivências. Dar-se-á continuidade na seção seguinte com a contextualização espacial e histórica do Mercado Central, perpassando sua criação e atual estado de conservação.

O mercado central de são luís do maranhão: Ao longo desta seção faz-se uma breve contextualização histórica do Mercado Central, desde sua construção, as reformas aos quais ele passou até a caracterização espacial atual, destacando memórias, histórias e subjetividades, bem como problemáticas oriundas da contemporaneidade dos usos e fluxos de seu espaço. Reconstruir a história do Mercado Central de São Luís é um grande desafio, sobretudo pela escassez de estudos e produções que o possuam como objeto de pesquisa. Todavia, de acordo com Cordeiro (2018), Silva *et al.* (2017), Furtado (2016) e Dean (2015), foi inicialmente construído nas proximidades do Centro Histórico da capital por volta de 1864. Instalado inicialmente na Avenida Magalhães de Almeida, no Centro Histórico de São Luís, importante *locus* comercial e mercadológico do Estado como acentuam Fonseca e Barbosa Filho (2017). Batizado de “Mercado Central”, Dean (2015) ressalta que se trata do segundo mercado popular mais antigo da capital maranhense. Furtado (2016) ressalta por volta de 1939, transformações ocorreram no Estado do Maranhão, e, em detrimento do programa sanitário, o primeiro prédio do Mercado foi demolido 65 anos depois de sua construção, como esclarece Dean (2015). Sua reconstrução ocorrera em 1940, no Governo de Paulo Ramos (1936-1945), cuja gestão marcava um novo momento político para o Estado do Maranhão, que

de acordo com Costa (2016, p. 71) trazia consigo “[...] novas formas administrativas e políticas o governador deveria saber congregar nomes tradicionais da política, a fim de organizar um governo de coalizão e a superação do imobilismo que, na sua visão, assolava o estado.” Pelo fato de ter sido reconstruído na década de 1940 e se tratar de um novo espaço comercial, ficou conhecido como “Mercado Novo”. Além disso, também ficou conhecido como “Largo do Açougue Velho”, em detrimento da existência de um curtume vinculado ao curral municipal (CORDEIRO, 2018; DEAN, 2015). Furtado (2016) destaca, ainda que o local de instalação do Mercado Central já abrigou o antigo gasômetro, que há cerca de 70 anos antes era responsável por abastecer os postos de iluminação de todo o centro da cidade. Na Figura 1, é possível observar um registro do Mercado Central na década de 1940:



Fonte: Costa (2016)

Figura 1. Mercado Central na Avenida Magalhães de Almeida, 1940

Costa (2016) destaca que o Novo Mercado foi reconstruído nas gestões municipais de Saboya Ribeiro e Pedro Neiva, todo no estilo *art Decó*, arquitetura esta que proporcionasse melhores condições de iluminação e ventilação de todos os ambientes do espaço comercial, além de prezar pelas características higiênicas do local. O autor evidencia, ainda, que embora inaugurado com grande fervor pela imprensa, o Mercado Central recebeu várias críticas, tanto pela demora em sua construção, quanto pelo fato dele não apresentar as condições ideais de comércio. Segundo Nogueira (2012), são responsáveis pela manutenção e organização do Mercado a Companhia Maranhense de Abastecimento (COMAB) e as Centrais de Abastecimento do Maranhão (CEASA-MA). A autora evidencia, ainda que outra grande e importante reforma do espaço comercial ocorreu em maio de 1999, cuja gestão do Mercado Central estava na responsabilidade da Associação de Feirantes, e como esclarecem Silva *et al.* (2017), tanto a parte interna, quanto externa do espaço comercial foram reformados. Necessitando de ações emergenciais, o Mercado Central passará por uma nova reforma. Conforme esclarece Furtado (2016), graças ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, o espaço seria submetido à reforma geral a partir do primeiro semestre de 2017, cuja obra está orçada em cerca de 8 milhões de reais. O PAC Cidades Históricas consiste em uma nova perspectiva para valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro, cuja etapa iniciada a partir de 2013, visava atender cerca de 44 cidades, distribuídas em 20 estados da federação, que por sua vez receberam cerca de R\$ 1,6 bilhão de investimentos de recuperação, restauro e qualificação de seus respectivos conjuntos urbanos e monumentos de valor excepcional (IPHAN, 2013). Ressalta-se que as ações do PAC Cidades Históricas são destinadas tanto para conjuntos reconhecidos pelo patrimônio nacional – o que de certa forma enquadra o Mercado Central, visto se tratar de um prédio reconhecido pelo Estado do Maranhão – quanto os bens reconhecidos pelo

patrimônio mundial. Portanto, São Luís integra o grupo de cidades contempladas com os investimentos (IPHAN, 2013). Todavia, por estar em uma zona de tombamento estadual, a obra do Mercado Central está sob a responsabilidade da Superintendência do Patrimônio Cultural do Estado. Embora o Governo do Maranhão já tenha concluído determinadas obras subsidiadas pelo PAC Cidades Históricas, como por exemplo o Complexo Deodoro, as obras de revitalização da RFFSA, no Centro a Praça Odorico Mendes e o novo Batalhão de Polícia estão em fase final de obras, ainda não foram iniciados os projetos preveem a requalificação urbanística da Rua Grande, além de uma total reestruturação do Mercado Central, Praça João Lisboa e Largo do Carmo (Maranhão, 2019a).

História, Memória e identidade ludovicense representados no mercado central

O Mercado Central de São Luís é um espaço onde ocorrem múltiplas interações, desse modo, nesta seção serão discutidas as relações que esse importante espaço comercial tem com a história, a memória e a identidade da capital maranhense, cuja criação remonta ao século XIX, têm em seus corredores as marcas e traços da história e memória do Maranhão. A origem dos mercados públicos está diretamente ligada com a necessidade de abastecimento urbano por parte do poder público, logo sua localização era principalmente nas regiões centrais. Em alguns casos, os mercados serviam tanto como ponto de origem das cidades, quanto locus de encontro para troca de produtos (Gonçalves, 2017; Pintaudi, 2006). Com o decorrer do tempo e as inovações tecnológicas, principalmente no que diz respeito ao aumento da produtividade, conservação de produtos de gênero alimentício e circulação de mercadorias, essa forma de mercado tornou-se ultrapassada abrindo espaço para novos parâmetros de consumo pautado na lógica capitalista que acarretaram o surgimento de supermercados, hipermercados e shoppings (Pintaudi, 2006). A partir da década de 1960, a categoria memória passa a protagonizar os estudos referentes ao meio urbano como forma de construção identitária. Mediante diálogo com Nora (1993), reforça-se o conceito de “lugares de memória”, que corrobora o papel dos mercados populares como espaços que compõem a história e a memória local. Elementos sensoriais, culturais e fenomenológicos de determinados espaços da cidade passam a ser vistos com maior importância. É a partir deles que emergem recordações e lembranças, que por sua vez compõem a memória e a identidade do meio urbano, tal como pode ser observado no Mercado Central de São Luís, que carrega não apenas os traços das transformações que a cidade passou, mas a história de seus frequentadores e comerciantes, cujas relações foram estabelecidas desde sua criação em 1864 e reconstrução em 1940 (Fontainhas, 2015).

Os mercados públicos constituem-se heranças históricas que trazem consigo uma memória espacial de outro tempo, que nos remete a outra época. Entretanto, essa representação patrimonial para além de evocar traços de um tempo pretérito, precisa ser carregada de utilidade pública no tempo presente. Os espaços onde estão situados os mercados públicos são verdadeiros referenciais simbólicos e caracterizam-se por sua pluralidade. Tais espaços, favorecem o processo de interação social, o fortalecimento de vínculos e a construção da memória individual e coletiva (Halbwachs, 2006; Pollak, 1992; 1989). Por tanto, são considerados pontos de encontro para pessoas das mais diversas classes sociais e faixas etárias, permitindo a relação entre estranhos e proporcionando articulações

socioespaciais diversas, dentre elas a criação de vínculos entre comerciantes, bem como com os clientes, visto os vínculos afetivos que são construídos nas interações no Mercado Central de São Luís (Costa, 2006; Pintaudi, 1992). Apesar das modificações que sofrem com o decorrer do tempo, os mercados por estarem localizados geralmente nos centros das cidades e por serem local de troca e circulação, se constituem de relevante importância por conta de seu valor de memória para a cidade. Existindo assim uma tendência de movimentos em prol do tombamento dessas edificações como patrimônio histórico (Alves; Ribeiro Filho, 2011). Os mercados, enquanto locais de convívio social, surgem como refúgio para a preservação da memória de determinado grupo. Aspecto que se confirma na fala de Nora (1993, p. 7) quando diz “A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia [...] onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória”. Dentro desta perspectiva, emerge uma nova proposta de compreensão do espaço geográfico a partir da premissa que os mercados trazem consigo uma dimensão social da memória. Agora se leva em consideração como os sujeitos sociais encaram esses espaços como lugares de memória que carregam toda uma carga de afetividade que permeia o seu cotidiano significando sua realidade nos espaços da cidade (TEIXEIRA; MENDES, 2017).

Seria o Mercado Central de São Luís um espaço de memória, identidade e simbolismos?

São Luís é uma cidade marcada por espaços diferenciados, muitos deles contribuíram para que a cidade conquistasse o título de Cidade Patrimônio Cultural Mundial pelo Iphan em 1974 e ser inscrita como Patrimônio Mundial em 6 dezembro de 1997. Dentre eles o Centro Histórico que abriga um conjunto arquitetônico singular, suas praças, enfim, locais que mantêm vividos, não apenas os traços dos múltiplos colonizadores, mas sua história. Tais espaços constituem os patrimônios, e, por conseguinte a memória da capital maranhense, carregados de significados, referências, pensados e projetados para consolidar tradições, culturas, saberes e fazeres dos indivíduos que por eles passaram, tais como os vendedores de alimentos, artesanatos, verdureiros, açougueiros, dentre outras personalidades cujas vidas tomaram formas nos múltiplos cenários do Mercado Central de São Luís (Hobsbawm; Ranger, 2011; Williams, 2011). Dentre os principais logradouros com intencionalidade ou como marco histórico de São Luís, destaca-se o Mercado Central. Construído há mais de 150 anos, demarca não apenas o crescimento comercial da cidade, uma vez que entre os séculos XVIII e XIX tornou-se um importante polo mercantil, ou seja, território de cargas e descargas dos mais variados produtos (Rodrigues, 2008). Cabe destacar que o Mercado Central não foi responsável por iniciar as práticas comerciais em São Luís, pois “O porto existente na Praia Grande foi o principal meio de entrada e de saída da cidade, organizando e centralizando um próspero comércio que começou a ser desenvolvido nas proximidades do cais.” (Rodrigues, 2008, p. 3). O “Mercado Novo” traz consigo marcas, tanto de sua construção, quanto de suas inúmeras reformas, ações que consagram sua função comercial e histórica na capital do Maranhão. Cazane, Machado e Sampaio (2014), acentuam que

os mercados populares convergem não apenas práticas mercantis, mas, também o encontro de pessoas, saberes e práticas que persistiram às gerações que hoje fazem uso de seus boxes e bancadas. Tais elementos são reforçadores do papel que os mercados populares têm, em especial o Mercado Central de São Luís, como espaços de trocas e intercâmbio de práticas e saberes ludovicenses, que conforme acentuam Servilha (2008), Guimarães e Doula (2018), constroem-se cotidianamente. Mesmo não integrando o conjunto tombado, o Mercado Central acaba por compor o patrimônio cultural e imaterial da capital, juntamente com os demais entes que a sagram e foram reconhecidos como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Ao observar o Mercado Central como um local simbólico, traz-se a perspectiva de Canclini (2013, p. 302), ao afirmar que “[...] a organização da cultura pode ser explicada por referência a coleções de bens simbólicos.” Sendo assim, consiste em um espaço marcado por práticas comerciais, que de modo involuntário consegue demarcar os bens, ícones e elementos que representam tanto a identidade do povo, quanto a cultura da capital maranhense (Lima, 2013). Nesse sentido, Guimarães e Doula (2018) afirma que as representações sociais emanam das interações e comunicações humanas, que por sua vez incidem em relações afetivas. Desse modo, o Mercado Central ludovicense representa a memória social e possibilita que os indivíduos que socializam em seu espaço evoquem saberes, práticas e lembranças que reorganizam e atualizam o passado. Candau (2013) evidencia que são os eventos vivenciados pelos indivíduos e grupos, que convergem na construção de identidades, uma vez que a “[...] memória e identidade são indissociáveis, visto que a identidade se manifesta pelo discurso que é respaldado pelos acervos acumulados.” (Guimarães; Doula, 2018, p. 4). Roldán (2012) e Nora (1993), convergem no pensamento de que os lugares de memória, embora sejam construções materiais, também são imateriais cujos sentimentos e mentalidades são construídas pelos indivíduos através do tempo. O Mercado Central não é o mais antigo de São Luís, mas conseguiu ao passar dos anos ser um dos mais importantes espaços comerciais da região central da cidade. Muito frequentado, permite a interação e o intercâmbio entre vendedores, clientes e moradores dos arredores, logo, “En este sentido es importante pensar el mercado como un conjunto de relaciones y artefactos en circulación permanente [...]” (Roldán, 2012, p. 128). Gonçalves (2012), Reis (2011) e Nora (1993) ressaltam que os lugares de memória vão além de espaços geográficos, cujo território e fronteiras são delimitados. O Mercado, mesmo estando situado na região central da capital maranhense, extrapola seu perímetro, justamente pela relação que os indivíduos com ele estabeleceram, sentimentos e afetos que fortaleceram a identificação com o mesmo. Williams (2011) corrobora, destacando que o Mercado Central faz parte da vida das pessoas ali inseridas, servindo de fonte de renda, diversão, trabalho, ou seja, referência de vivência e sociabilidade. Nessa assertiva, o “Mercado Novo” de São Luís constitui-se como ponto de encontro de cidadãos ludovicenses que possuem um sentimento de pertencimento com seu espaço, semelhante ao que ocorre no Mercado das Tulhas ou o Mercado Central de Pelotas no Rio Grande do Sul, dentre outros muitos exemplos (Roldán, 2011; Thompson, 1998, Nora, 1993).

Assim sendo, o Mercado vai além de um espaço físico, mas também simbólico e de reconhecimento dos sujeitos ali inseridos (feirante, moradores, pessoas antigas, entre outros)

(Servilha, 2008). A relação que esses indivíduos estabelecem, tanto com os produtivos diversos que comercializam, quanto com seus espaços (boxes, barracas, etc.) pode ser visto na ótica da memória reivindicada defendida por Candau (2016). Logo, as interações e a partilha de recordações e lembranças materializadas nos elementos que compõem todo o *locus* do Mercado Central, resultam nas noções de pertencimento e reconhecimento que caracterizam a identidade de cada um dos indivíduos ali inseridos (Guimarães; Doula, 2018; Candau, 2016). O “Mercado Novo” do Maranhão deixa claro a importância da conexão entre o espaço, a memória e a origem de sua história, cujos elementos simbólicos (barracas, mercadorias, instrumentos de trabalho) são peças-chave na reconstrução da memória ali incorporada e transmitida de geração em geração, constantemente reinterpretada e ressignificada pelos vendedores de gêneros alimentícios, peixeiros, açougueiros, comerciantes de ervas típicas do Estado do Maranhão, bem como bens materiais e imateriais que demarcam a história de São Luís (Candau, 2016; Halbwachs, 2006). Guimarães e Doula (2018, p. 9), corroboram afirmando que “O mercado, a barraca e a casa dos feirantes se misturam na construção de suas memórias e na formação de suas histórias [...]” Desse modo, o Mercado Central são espaços impregnados de sentidos, significados, e, sobretudo simbolismos, cujos relacionamentos transcendem as diferenças culturais, raciais e de credo, compondo um mosaico de memórias e lembranças constituintes da identidade local. Responsável por tornar as memórias consistentes, cuja identidade é indissociável do feirante, dos produtos e do Mercado como um todo, representando assim um lugar de memória, repleto de marcas e traços dos indivíduos que ocupam todo seu espaço (Candau, 2016; Halbwachs, 2006; Nora, 1993).

Considerações Finais

Este trabalho permitiu estabelecer os entrelaces entre os conceitos de identidade e memória dentro da perspectiva espacial do Mercado Central de São Luís, um dos mais antigos centros comerciais da capital, cujo surgimento ocorreu em 1864 e reconstrução em 1940. Possibilitou a compreensão da relação afetiva que os consumidores, comerciantes e demais feirantes possuem com o local, bem como fazer um apanhado histórico que permitisse desvelar a evolução do Mercado enquanto importante *locus* cultural da capital maranhense. Reforça-se a importância dos mercados públicos enquanto locais que mantêm viva as marcas históricas das cidades, visto serem em sua maioria os precursores das práticas comerciais, mas também territórios que trazem consigo as marcas do desenvolvimento social e econômico, além de permitirem que os sujeitos reconheçam sua histórica e reconstruam sua memória. O Mercado Central de São Luís, embora não faça parte do conjunto tombado pela UNESCO, é reconhecido na esfera estadual, logo se constitui como um patrimônio reconhecido e validado pela população. São os sujeitos sociais que reconhecem e possuem estima pelo espaço comercial, consagrando-o como um lugar de memória, carregado de significados e representações simbólicas, a partir das relações estabelecidas entre os vendedores, verdureiros, peixeiros, açougueiros, clientes, dentre outros. Constatou-se que apesar da sua localização privilegiada e um grande potencial turístico e cultural, o Mercado Central encontra-se em total abandono por parte do poder público que já vem adiando obra de revitalização no local. Foi identificado problemas relacionados à infraestrutura, saneamento, insalubridade entre outros que

comprometem o rendimento dos feirantes e o fluxo dos consumidores no local. Este estudo pautou-se num arcabouço teórico que converge conhecimentos relacionados aos mercados públicos e como esses se relacionam com o processo de construção identitária da população que frequenta o local. Também foi abordada a relação entre a vivência e a afetividade no processo de construção de memória individual e coletiva estabelecida através das permutas de informações entre os seus frequentadores. Espera-se que este estudo venha a somar como fonte de conhecimento no meio acadêmico acerca da temática que envolva os mercados públicos, espaço, identidade e memória.

Agradecimentos

Publicação custeada pelo auxílio financeiro da CAPES (Finance code 001) de acordo com a Portaria nº 206 da CAPES. Em conformidade com a Chamada Interna Nº 01/2020 do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (PPGCult/UFMA), referente a Pagamento de Auxílio Financeiro ao Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PPGCult) da Universidade Federal do Maranhão.

REFERÊNCIAS

- Alves LA, Ribeiro Filho V (2011). Os mercados públicos e a cidade: as transformações do mercado municipal de Uberlândia (MG). *Caminhos da Geografia* 12(39): 209-225.
- Araújo MPN, Santos MS (2007). História, memória e esquecimento: Implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79:95-111.
- Bauman Z (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bergson H (2010). *Matéria e memória: ensaio da relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Canclini NG (2013). *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: EDUSP.
- Candau, J (2016). *Memória e Identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto.
- Carmo JR, Karpinski C, Brascher M (2018). A relação entre a memória social e sociocognição: busca do contexto social na Organização do Conhecimento. *Em Questão*, 24(1):65-85.
- Carvalho A (2008). *Mercado Central guarda histórias de vida e trabalho*. São Luís.
- Cazane AL, Machado JGCF, Sampaio FF (2014). Análise das feiras livres como alternativa de distribuição de frutas, legumes e verduras (FLV). *Informe GEPEC*, 18(1):119-137.
- Cordeiro CSS (2018). *A hospitalidade no Mercado Central de São Luís: percepções de moradores e dos comerciantes*. Monografia de Bacharelado em Hotelaria, Universidade Federal do Maranhão.
- Correia TB (2008). Art déco e indústria Brasil, décadas de 1930 e 1940. *Anais do Museu Paulista*, 16(2):47-104.
- Costa JE (2006). *Mercado Central de Belo Horizonte: a convivência entre iguais e diferentes*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Belo Horizonte.
- Costa ML (2016). *O projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos (1936-1945)*. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal do Maranhão.
- Dean J (2015). Empresas passadas de pai para filho se mantêm em São Luís. *O Estado*, 1-3.
- Fonseca LSB, Barbosa Filho W (2017). *Mercado das Tulhas em São Luís (MA): repositório planejado da memória coletiva regional*. Santa Cruz do Sul, RS: UNISC.
- Fontainhas ST (2015). *Lugares com identidade e memória os pátios e vilas operárias de Lisboa como fundamento de um projecto*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Frúgoli H, Pintaui SM (1992). *Espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Unesp.
- Furtado L (2016). Reforma do Mercado Central custará R\$ 8 milhões. *O Imparcial*.
- Gonçalves CC (2017). *Comprar e conviver: os mercados públicos como espaços de troca na cidade contemporânea*. Monografia de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
- Gonçalves J (2012). Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiae*, 3(3):27-46.
- Guimarães TTD, Doula SM (2018). Memória e identidade: o processo de sucessão e herança no Mercado Municipal de Montes Claros – MG, Brasil. *Mundo Agrário*, 19(4).
- Halbwachs M (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Hobsbawm EJ, Ranger T (2011). *A invenção das tradições*. Tradução Celina Cardim Cavalcante. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Júnior D (2018). Requalificação do prédio da Fábrica Progresso é lenta. *O Estado*.
- Le Goff J (2013). *História e memória*. 7. ed. Campinas: Ed. UNICAMP.
- Lima LS (2013). *Lembranças do Ceará: o étnico e o típico no Mercado Central de Fortaleza*. Monografia de Bacharelado em Comunicação Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Nogueira JS (2012). Etnografia no Mercado Central. *Diversidade Cultural Maranhense*.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.
- Nunes CG (2018). A música como memória afetiva e identidade latinoamericana no documentário Origens – uma viagem musical ao som do tambor. *Revista Livre de Cinema*, 5(1):251-282.
- Pintaui SM (2006). Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. *CIDADES*, 3(5):81-100.
- Pollak M (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2(3).
- Pollak M (1992). Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5(10).
- Prodanov CC, Freitas EC (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale.
- Reis ET (2010). Em nome da “cultura”: porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão. *Revista Sociedade e Estado*, 25(3).
- Reis FLC (2011). *Montes Claros, MG – lugar de memória: uma cidade, um mercado e os arquivos*. São Paulo: ANPUH.
- Rodrigues WNL (2008). O mercado da Praia Grande na contemporaneidade. *Revista Cambiassu*, São Luís, 18(4).
- Rodrigues MC (2014). Bibliotecas como lugares de memória: o caso sul-rio-grandense. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, 10(1):68-83.

- RoldánAC (2011). Las plazas de mercado como lugares de memoria en la ciudad: anclajes, pervivencias y luchas. *Ciudad Paz-ando Bogotá*, 4(2):123-132.
- Santos BS (2013). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Almedina.
- Servilha MM (2008). *As relações de trocas materiais e simbólicas no mercado municipal de Araçuaí – MG*. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.
- Silva APC,CavalcanteLE,NunesJ (2018). Informação e memória: aproximações teóricas e conceituais. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 23(52):95-106.
- Silva CWS (2017). *A construção de uma memória coletiva e individual: dores e traumas provocados por ditaduras*. Foz do Iguaçu, PR: UNILA; Unioeste.
- Silva GF (2016). Resenha: A memória coletiva. *Aedos*, Porto Alegre, 8(18):247-253.
- SilvaLG et al (2017). *Levantamento histórico e uso atual do Mercado Central de São Luís-MA: um potencial não explorado*. Fortaleza, CE: CBA.
- Teixeira PGG,S,Mendes GF (2017). *Espaço, memória social e cidade: pensar os mercados públicos como lugares de memória*. Salvador, BA: UESB.
- Thompson EP (1998). *Costumes em comum*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras.
- WilliamsR (2011). *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradutor Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras.
- Woodward K (2014). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SilvaTT, WoodwardK, Hall S (2014). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes.
